



Recortes de Imprensa

Julho 2015



COM O APOIO:





Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apela à denúncia de casos de violência contra idosos

Todas as semanas, em média, 16 idosos são vítimas de violência em Portugal, um crime cada vez menos tolerado, mas que precisa de ser mais denunciado porque os números ainda «não espelham a realidade», defendeu Segunda-feira a APAV. «É um crime com que, cada vez mais, as pessoas não estão a compactuar, nem a ficarem caladas», mas ainda há muito mais a fazer em relação aos idosos», disse Maria de Oliveira, técnica da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que falava à Lusa a propósito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, assinalado Segunda-feira.

Os casos de violência contra ido-

sos que chegam à associação cresceram de 774 em 2013 para 852 no ano passado, mas a APAV tem a noção que estes «dados podem não espelhar a realidade», adiantou. Para apurar esta realidade, a APAV colaborou num estudo realizado entre 2011 e 2014 que «demonstra que há uma prevalência de pessoas idosas vítimas de crime muito elevada [em Portugal] em comparação aos outros países europeus», adiantou a técnica.

Segundo o estudo, em cada mil portugueses com 60 ou mais anos, 123 podem ser alvo de algum tipo de violência por parte de familiares, amigo, vizinho ou profissional remunerado, quando a média nos outros países da União Europeia é de 21 a 22 em cada mil pessoas.

Maria de Oliveira destacou a importância de datas como a que se assinalou Segunda-feira para «alertar para estas situações que ainda acontecem e que ainda são pouco denunciadas pela sociedade», apesar de já existir uma «certa intolerância a este fenómeno».

Os idosos são «vítimas de vários tipos de crime, desde burlas até às situações de violência doméstica, e tudo isto acarreta a necessidade de sensibilizar os jovens para esta temática, cada vez mais cedo», mas também alertar os idosos para os vários tipos de crime que podem estar a ser alvo e os profissionais que cuidam destas pessoas.

Para sensibilizar os jovens e crianças para esta temática a APAV


tem realizado várias acções de sensibilização em estabelecimentos de ensino: «Achamos que é fundamental», porque muitas vezes «não têm noção do que é que envolve o envelhecer». Além disso, «estas crianças e jovens serão os cuidadores de amanhã e convém sensibilizá-los» para estas questões e explicar-lhe que há várias formas de violência (psicológica, sexual, financeira, física e negligência).

Já os idosos vivem muitas vezes este crime em silêncio porque «têm medo de denunciar», «têm medo de represálias», que «ninguém vá acreditar neles», das consequências legais de estar a denunciar este tipo de situações e de pensarem que são «um estorvo».



CONDENADO AO PAGAMENTO DE CINCO MIL EUROS À APAV POR LIDERAR REDE DE PROSTITUIÇÃO



ROBERTO BESSA MOREIRA 
roberto.moreira@verdadeiroolhar.pt

Chegou ao fim o julgamento do processo conhecido como "Rei do Bacalhau". O principal arguido foi condenado a uma pena suspensa de dois anos e dez meses de prisão. Arménio Freitas, que estava acusado de liderar uma rede de prostituição que usava apartamentos e moradias situadas em Paredes, fica ainda obrigado ao pagamento de cinco mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A sentença foi conhecida na quinta-feira da semana passada, no Tribunal de Penafiel.

SUSPENSÃO DA PENA DE PRISÃO FICA CONDICIONADA AO PAGAMENTO DA QUANTIA MONETÁRIA

O caso remonta ao final do mês de Julho do ano passado, quando elementos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras realizaram várias buscas em apartamentos e moradias situadas em Paredes e Penafiel. Nessa altura, os inspectores apanharam em flagrante várias prostitutas a praticar actos sexuais com clientes que se deslocavam aos apartamentos depois de lerem anúncios de teor sexual publicados nos jornais.

Arménio Freitas foi detido e acusado de ser o líder de uma rede de prostituição que integrava mulheres

de diversas nacionalidades. Algumas delas estavam no país ilegalmente. Em tribunal, o antigo comerciante de peixe congelado mostrou-se arrependido e confessou que, entre Janeiro e Julho de 2014, recebeu dez euros por cada relação sexual mantida nos seus apartamentos. Revelou, igualmente, que apenas uma das mulheres chegou a praticar relações sexuais com "30 a 40 homens por dia". "Em média, atendia 15 clientes por dia", disse. O tribunal fez as contas e concluiu que, depois de suportar as despesas com as rendas das casas, pagamento da publicidade nos jornais e com a compra de preservativos, o "Rei do Bacalhau" teve um "ganho líquido mensal não inferior a cinco mil euros".

Os juízes já não deram como provado, tal como constava da acusação, que esse dinheiro tivesse sido investido num gabinete de estética e numa sapataria de forma a ser camuflado. Também não foi provado que Arménio Freitas auxiliasse a imigração ilegal.

Assim, a pena foi fixada nos dois anos e dez meses de prisão, suspensa por igual período de tempo. O homem de 45 anos fica ainda obrigado ao pagamento, dentro do prazo da pena, de cinco mil euros à APAV. Caso não o faça terá de cumprir pena de prisão efectiva.

No final da leitura do acórdão, a juíza Ana Santos salientou a benevolência da decisão. "Isto é um voto de confiança. Tenha juízo", disse a magistrada em direcção ao condenado.



FestAzul no convento de S. Francisco

SOLIDARIEDADE O Convento de S. Francisco, em Santarém, recebe no sábado, dia 27 de junho, pelas 22h50, a 3ª edição da Festazul, para a angariação de fundos para a APAV. A festa conta com a música dos DJ's Fernandinho, Zauzito, Charles, Miguel Jardim e Pepe. O evento é organizado pelo grupo de voluntárias Asas em parceria com a APAV Santarém, com o intuito de comemorar os 25 anos da APAV.



PCP recebeu APD e APAV

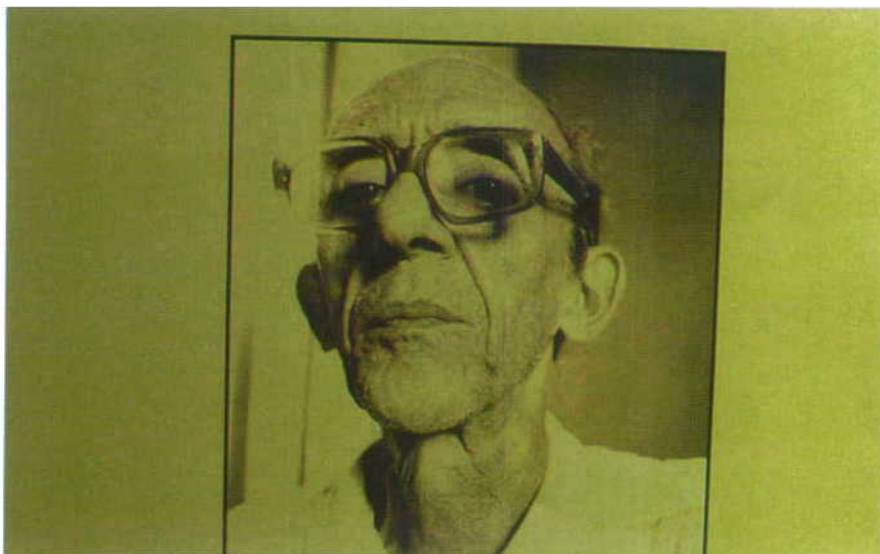
O PCP recebeu, no dia 25, uma delegação da **Associação Portuguesa de Deficientes**, de quem recebeu um conjunto de propostas na área da deficiência. Na ocasião, a delegação do Partido

(composta por Fernanda Mateus, da Comissão Política, e pelo deputado Jorge Machado) teve a oportunidade de apresentar aquela que é a sua visão sobre estes graves problemas. Lembre-se que há

pouco mais de um mês o PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução visando a criação de um programa-piloto para um regime de «Apoio à Vida Independente» para pessoas com deficiência agravada. A delegação da APD era composta pela presidente, Ana Sesudo, e pelo dirigente Bruno Lopes. No dia seguinte, igualmente na sede nacional do PCP, realizou-se um outro encontro, desta feita com a **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima**, cuja delegação era dirigida pelo presidente da direcção João Lázaro. Da delegação do Partido faziam parte Fernanda Mateus e a deputada Rita Rato.



A APAV apresentou ao PCP as suas reflexões e propostas



APAV sensibiliza para a denúncia de violência contra idosos

Em cada mil portugueses com 60 ou mais anos, 123 podem ser alvo de algum tipo de violência, quando a média nos outros países da UE é de 21 a 22 em cada mil pessoas. Todas as semanas, em média, 16 idosos são vítimas de violência em Portugal, um crime cada vez menos tolerado, mas que precisa de ser mais denunciado porque os números ainda *"não espelham a realidade"*, defendeu hoje a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). *"É um crime com que, cada vez mais, as pessoas não estão a compactuar, nem a ficarem catadas, mas ainda há muito mais a fazer em relação aos idosos"*, disse Maria de Oliveira, técnica da APAV, que falava à Lusa a propósito do Dia Internacional de Sensibilização sobre a Prevenção da Violência Contra as Pessoas Idosas, que se assinalou dia 15 de junho.

Os casos de violência contra idosos que chegam à associação cresceram de 774 em 2013 para 852 no ano passado, mas a APAV tem a noção que estes *"dados podem não espelhar a realidade"*, adiantou.

Para apurar esta realidade, a APAV colaborou num estudo realizado entre 2011 e 2014 que *"demonstra que há uma prevalência de pessoas idosas vítimas de crime muito elevada [em Portugal] em comparação aos outros países europeus"*, adiantou a técnica. Segundo o estudo, em cada mil portugueses com 60 ou mais anos, 123 podem ser alvo de algum tipo de violência por parte de familiares, amigo, vizinho ou profissional remunerado, quando a média nos outros países da União Europeia é de 21 a 22 em cada mil pessoas. Maria de Oliveira destacou a importância de dados como a que se assinala hoje para *"alertar para estas situações que ainda acontecem e que ainda são pouco denunciadas pela sociedade"*, apesar de já existir uma *"certa intolerância a este fenómeno"*. Os idosos são *"vítimas de vários tipos de crime, desde burlas até às situações de violência doméstica, e tudo isto acarreta a necessidade de sensibilizar os jovens para esta temática, cada vez mais cedo"*, mas também alertar os idosos para os vários tipos de crime que podem estar a ser alvo e os profissionais que cuidam destas pessoas. Para sensibilizar os jovens e crianças para esta temática a APAV tem realizado várias ações de sensibilização em estabelecimentos de ensino: *"Achamos que é fundamental"*, porque muitas vezes *"não têm noção do que é que envolve o envelhecer"*. Além disso, *"estas crianças e jovens serão os cuidadores de amanhã e convém sensibilizá-los"* para estas questões e explicar-lhe que há várias formas de violência (psicológica, sexual, financeira, física e negligência).

Já os idosos vivem muitas vezes este crime em silêncio porque *"têm medo de denunciar"*, *"têm medo de represálias"*, que *"ninguém vá acreditar neles"*, das consequências legais de estar a denunciar este tipo de situações e de pensarem que são *"um estorvo"*. Há ainda situações em que os idosos têm possibilidades financeiras, uma boa residência, mas *"dependem emocionalmente"* do prestador de cuidados que muitas vezes é um familiar.

Para estes idosos, a APAV disponibiliza apoio social, jurídico e psicológico porque sabe que, *"com esta população-alvo, o apoio tem de ser muito mais contínuo do que, por exemplo, com uma mulher vítima de violência doméstica"*, disse Maria Oliveira.

Governo quer Base de Dados de Violência

● O Governo quer criar uma Base de Dados de Violência Doméstica, para registar ocorrências, avaliações de risco e decisões, acessíveis a «utilizadores institucionais» e «público». E isto apesar do parecer contrário da Comissão Nacional de Proteção de Dados, devido aos «dados pessoais de natureza sensível», já que haverá informações sobre o agressor e a vítima, mas também sobre filhos menores, testemunhas, denunciantes, entre outros.



Violência doméstica: juízes cortam para metade indemnização pedida

Mulheres. Os familiares pedem indemnizações de 110 mil euros, mas os juízes decidem um valor mais baixo. Muitos nem recebem

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Os filhos de mulheres mortas pelos maridos recebem apenas metade da indemnização pedida aos tribunais. Em média, o valor decidido pelos juízes para a compensação fica-se pelos 65 mil euros, cerca de metade dos 110 mil pedidos pelos familiares das vítimas – maioritariamente filhos menores, mas em alguns casos também já adultos ou mesmo os pais das vítimas.

Só no ano passado, morreram 42 mulheres vítimas de violência doméstica. Nos últimos dez anos, 700 crianças perderam a mãe – ou o pai, embora sejam muitíssimo menos os casos de violência doméstica em que a vítima é o homem. A maioria, segundo dados da Comissão de Proteção às Vítimas de Crime Violento – que muitas vezes adianta uma parte do valor da futura indemnização –, não teve apoio do Estado. A projeção foi feita com base na estatística de 400 mulheres mortas, à média de 1,5 filhos por cada.

Apesar de tudo, “os valores agora aplicados já são mais altos, já não se tem coragem de atribuir uma indemnização irrisória”, diz João Lázaro, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), explicando que, “desde o caso da morte de duas crianças no Aquaparque, o valor das compensações por morte subiu”. Na altura, “creio que os pais receberam apenas cinco mil euros”. “Temos de ver a idade da vítima, se o sofrimento foi contínuo, as capacidades financeiras do agressor, a idade dos filhos. Nada pode ser generalizado, depende de cada caso”, justifica o advogado António Pragal Colaço, especialista em direito penal.

Mesmo assim, só 62% dos familiares pedem indemnizações e os que o fazem nem sempre recebem, devido aos fracos recursos financeiros do agressor, que entretanto se encontra a cumprir pena de prisão. E em 90% dos casos, os agressores recorrem da decisão do juiz.

Os dados são revelados num estudo feito pela Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, encomendado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), que analisou as “decisões judiciais em matéria de homicídios conjugais”.



Teresa Morais apresentou estudo de avaliação de decisões judiciais de maus-tratos no Parlamento

“Os valores subiram muito nos últimos anos, mas se é suficiente? – claro que não”, diz ao DN Eurico Reis, juiz desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa. “Com estes valores não estamos a demonstrar aos agressores como o valor vida é essencial”, afirma, acrescentando que a média reflete o reduzido valor que os tribunais dão à vida humana.

Para chegar a estes números foram recolhidas e analisadas 237 decisões judiciais, com trânsito em julgado, proferidas entre 2007 e 2012, por tribunais judiciais de primeira instância ou por tribunais

superiores, relativamente ao crime de homicídio conjugal. Segundo dados da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), nos últimos dez anos foram mortas 376 mulheres.

Perfil da vítima e do agressor

As vítimas mortais de violência doméstica têm, por norma, entre 26 e 45 anos, mais de um terço são licenciadas (27,3% têm o ensino secundário). Em praticamente três quartos dos casos, são casadas, estão empregadas e têm rendimentos mensais médios até 500 euros (50%) ou entre 501 e mil euros (40,6%). Quanto ao agressor-tipo, tem entre 26 e 45 anos (51,6%) ou entre 46 e 65 anos (32,6%), baixas habilitações literárias – ao nível do primeiro ciclo –, é casado, está empregado, e recebe, em média, 501 a mil euros por mês. “São predominantes as situações em que o casal mantinha no momento da prática do crime a relação de intimidade, representando 54,3% dos casos”, diz o estudo.

Maus-tratos físicos

Apesar da crescente sensibilização para este tipo de crime, um elevado número (89%) de casos acaba em penas de prisão suspensas e a maioria dos processos instaurados é arquivada, revela um trabalho encomendado pela Comissão para a Igualdade de Género sobre a “Avaliação das decisões judiciais em matéria de violência doméstica”.

Das 500 investigações comunicadas à comissão entre janeiro de 2010 e junho de 2013, acabaram arquivadas 300. Todas as decisões foram analisadas por investigadores do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que concluíram que apenas em 100 casos foi proferida uma sentença em tribunal. Destes, houve 30 absolvições e 70 condenações (14% do total dos casos).

“Continua a haver muitos casos em que a prova não é feita eficazmente ou a vítima não colabora na prova”, explica Teresa Morais, secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade. “Já não é tanto o sistema no seu conjunto que falha. O que é preciso mudar é a atitude que o sistema judicial e a sociedade em geral ainda têm perante este fenómeno”.

DADOS

42

► Mulheres mortas em 2014

Segundo dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, foram 42 as mulheres assassinadas pelos companheiros ou maridos.

37

► Homicídios em 2013

Segundo o balanço da APAV, foram 37 as vítimas mortais em que os agressores eram companheiros, maridos ou namorados.

376

► Casos de assassinios

Desde 2004 e até 2014 (no espaço de dez anos) foram registados pela UMAR cerca de 376 homicídios de mulheres em contexto conjugal.

DANÇAR DE MÃOS DADAS COM A SOLIDARIEDADE

FOTOLEGENDA

A Escola de Bailado de Vila Real promoveu, no dia 16, o evento Dança Solidária "Queremos Dar Voz ao Silêncio". Integrado no programa de comemorações do 25º Aniversário da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, o espetáculo, que teve lugar na Praça do Município, envolveu uma recolha de donativos para as Casas de Abrigo de mulheres e crianças vítimas de violência.



ATUALIDADE II

MAUS-TRATOS A
IDOSOS

PORTO ■ OFICIAL DE JUSTIÇA ACUSADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Deixava pai e tia
ao frio e à fome

■ Homem, de 86 anos, acabou por morrer no hospital. Tia, de 87, forçada a dormir na despensa. Calvário das vítimas prolongou-se por 2 anos

■ ANA ISABEL FONSECA/
/TÂNIA LARANJO

Durante dois anos, um oficial de justiça, do Porto, sujeitou o pai, de 86 anos, e a tia, de 87, a repetidos maus-tratos. As vítimas, debilitadas fisicamente devido a várias doenças, passavam fome, ficavam fechadas em casa às escuras, não tinham acesso a medicação e não usufruíam de qualquer tipo de ajuda para a higiene pessoal.

O caso foi descoberto em fevereiro, após o pai do funcionário judicial ter morrido no Hospital de São João, onde deu en-

trada em hipotermia. O arguido, de 58 anos, foi agora acusado pelo DIAP do Porto por dois crimes de violência doméstica na forma agravada. Continua a trabalhar na Unidade de Serviço Externo da comarca do Porto.

Segundo a acusação, o homem chegou a bater na tia e a prender os pés do pai com um cinto para que este não andasse pela casa. "O arguido não cuidou minimamente pelo bem-estar físico e emocional dos ofendidos, sujeitando-os a

situações de risco para a vida e para a integridade física, a humilhações e tratando-os como um fardo e como despesa", lê-se na acusação.

Bateu na mulher e prendeu os pés do pai com um cinto

O processo revela que o arguido foi viver para casa dos familiares após o divórcio. O homem começou por forçar a tia — que tem problemas mentais — a dormir na despensa, onde não existia luz natural. A idosa tinha apenas um pijama muito sujo para dormir e no inverno passava frio, uma vez que o oficial de justiça

não lhe dava cobertores. Também o pai passava frio. As duas vítimas foram vistas muitas vezes sujas de urina e fezes. De terça-feira a domingo, tinham apenas direito a almoço e lanche, que era fornecido por um café perto da casa onde viviam. Como o estabelecimento estava fechado à segunda-feira, passavam o dia todo sem comer.

A 9 de fevereiro, o pai deu entrada no Hospital de São João, em estado grave. Além de apresentar sinais de hipotermia, estava desidratado e subnutrido. Morreu um dia depois. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO
da manhã

Controlava
as contas
das vítimas

● O oficial tinha total controlo sobre as contas bancárias dos familiares. Só da conta do pai, levantou cerca de 8000 €. Após a morte do pai, tentou levantar mais 7500. Os dois idosos nunca tinham dinheiro na sua posse. O pai do arguido foi visto várias vezes a roubar fruta e a queixar-se de que tinha fome. Aos vizinhos, o homem dizia que os familiares comiam muito e que o pai não podia ter dinheiro pois gastava tudo de uma vez. A tia já foi ouvida para memória futura e está a viver num lar. ■



■ Homem foi agora acusado pelo DIAP do Porto

SAIBA MAIS

● **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**
O crime de violência doméstica é punível entre 1 e 5 anos de prisão. Se a ofensa for considerada grave sobe para 2 a 8 anos. Caso resulte em morte, a moldura é de 3 a 10 anos de prisão.

: 2 051 225

número de idosos (+65) em Portugal, em 2013. São 19,6% da população total. Há 133,5 idosos por cada 100 jovens (-15 anos).

: 7058

idosos vítimas de violência apoiados pela APAV entre 2000 e 2012. 82% das vítimas foram mulheres. Maioria foi vítima dos filhos.



FERNANDO MARTA (*)

Sem razão de ser

Outra mulher foi assassinada por alguém que um dia lhe quis bem. Com o filho de ambos ao colo, enquanto saía de casa em mais um dia, deu de caras com um destino trágico escrito a sangue pelo antigo amante. Morreu de imediato. O filho que andava no primeiro ano do primeiro ciclo faleceu no hospital alguns dias depois.

Foi já a décima quinta mulher que em 2015 pereceu perante motivos de mesquinhez e egoísmo a que jamais se pode chamar amor. O homem que a matou a tiro pensava que era seu dono. Tal como os restantes catorze antes dele. E à imagem de muitos outros que julgam o mesmo. Que a mulher que está consigo faz parte do seu património.

Que os seus interesses estão umbilicalmente ligados, desde que seja ele a mandar. A comandar, a toque de caixa ou pela força da violência.

E nem se pode dizer que não se tem feito nada. Pelo contrário, e independentemente dos governos, o combate a esta vergonha chamada violência doméstica tem sido constante. As associações são muitas e dinâmicas, as campanhas de sensibilização intensas e constantes, as forças de segurança estão atentas e os tribunais têm tido mão pesada. Mas não podemos – nem queremos – ter um polícia por cada cidadão. Temos, isso sim, de ter um ser humano em cada cidadão. E isso parece estar difícil.

Acho que o mais grave problema continua

a ser o conservadorismo da sociedade portuguesa, que continua a ser demasiado permeável ao ascendente do sexo masculino. A velha história da mulher dona de casa, cozinheira, costureira e tratadora dos filhos ainda está muito presente em algumas consciências, em algumas formas de estar e, pior ainda, em algumas formas de ser.

O pior, muitas vezes, é que o namoro é já um estágio para o virá a seguir. E as promessas de vacas gordas depois de cargas de porrada, perseguições e faltas de privacidade nunca chegam. Nunca chegam a chegar. Pelo contrário, pioram sempre. Assim dizem os estudos de investigadores e associações como a APAV ou a UMAR. Assim contam as histórias das mulheres que

passaram por esse inferno e que dele conseguiram sair. Com vida, porque as mazelas psicológicas e algumas marcas físicas jamais desaparecerão.

Este não é um assunto para rir. Por isso, quando algum vizinho fala à janela na marca que a vizinha tem na cara, no vizinho violento que espanca os filhos, no namorado que vigia a namorada para confirmar se sai com os amigos ou não, o seu dever é denunciar. Depois, pode já ser tarde. Para quinze mulheres portuguesas, este ano de 2015 foi já tarde demais. Em 2014 tinham sido quarenta. É bom não esquecer. Nem ignorar. ■

(*) Professor
ferdomarta@gmail.com

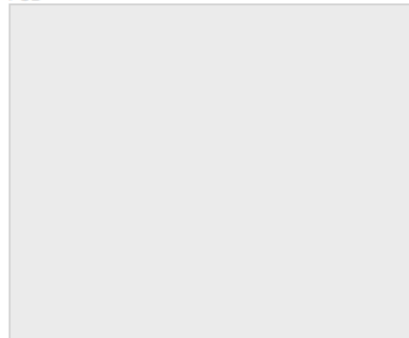
APAV aponta "quatro pecados" à proposta do Governo para Estatuto da Vítima

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) entende que a proposta de lei do Governo que transpõe o Estatuto da Vítima para o Código de Processo Penal tem quatro "pecados originais", apontando incoerências, ambiguidades e até mesmo inutilidades.



A APAV é ouvida hoje na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a proposta de lei do Governo que aprova o Estatuto da Vítima, transpondo uma diretiva da União Europeia.

PUB



Esta diretiva europeia existe desde 2012 e tem obrigatoriamente de ser transposta para o quadro jurídico nacional, terminando o prazo em novembro, já que se trata de um instrumento legal vinculativo para os Estados-membros.

No parecer, a que a Lusa teve acesso, a associação começa por lamentar que a proposta de lei do Governo tenha sido

"apresentada já na reta final do prazo" e que "a redação daquela proposta não tivesse sido precedida de qualquer debate ou consulta que permitisse uma discussão alargada".

A APAV critica também que a proposta de lei seja levada à Assembleia da República quase no final da atual sessão legislativa, "diluída no meio de mais de seis dezenas de iniciativas".

"Na melhor das hipóteses, poder-se-á esperar uma transposição legal minimamente consentânea com o conteúdo da diretiva, embora mesmo isso, atendendo às lacunas e às deficiências patentes no texto da proposta de lei, se afigure pouco provável", aponta a APAV.

Cannes 2015 - Portugal

Portugal quiere llegar lejos en Cannes 2015

▶ FAVORITOS

▶ IMPRIMIR

f Me gusta

Tweet

g+1 0

+ 0



[Click sobre la imagen para agrandar]

(18/06/15). La creatividad portuguesa está expectante por esta nueva edición del Festival de Cannes. La recuperación económica del país y las buenas campañas lanzadas en el último año, reavivan las esperanzas de la industria creativa local por su primer Grand Prix o por superar la performance de 2014, cuando el país logró un león de Bronce en Design (*campaña Troll del atelier This is Pacífica*).

Este año, buenos trabajos, 235 en total, entran a la competencia. Fuel es una de las agencias con más chances de llevarse premios, según la prensa local. La agencia liderada creativamente por Pedro Bexiga y Marcelo Lourenço fue señalada por Esquentannes, iniciativa del website portugués Update or Die, como la de mejor proyección, por la calidad de sus trabajos inscriptos.

Uno de los destacados de Fuel Lisboa es la campaña "*Coming Out*", para el Queer Lisboa 18, Festival de Cine GLBT de Lisboa, producida por Krypton, y con una importante repercusión internacional.

Otro trabajo de Fuel, es la campaña "*Cóndor*", para el lanzamiento del libro del fotógrafo portugués João Pina sobre la Operación Cóndor, acción coordinada de varios gobiernos dictatoriales de Latinoamérica que resultó en el asesinato de más de 60 mil personas en los años 70 y 80. Producido por Show-off, el trabajo de Fuel emociona por su giño con las mejores imágenes del libro de Pina. El fotógrafo estuvo casi diez años viajando por Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay para documentar lo que quedó de los años del Cóndor.

La creatividad portuguesa en Gráfica también juega sus fichas. Entre los trabajos más destacados está la campaña "*Cleaness you can trust*", para la marca Sani, de Havas Worldwide Portugal. Con dirección creativa de Paulo Pinto y José Vieira, y dirección de arte de Paulo Perdigão, las piezas captan, desde un ángulo poco común, la desesperación de quienes dejan caer preciados objetos en las aguas de un inodoro.

Otra campaña gráfica destacada en el Esquentannes de Update or Die es "*Trabajo*" de FCB Lisboa para la Asociación Portuguesa de Apoyo a la Víctima (APAV), que denuncia el trabajo infantil con mucha sensibilidad. Bajo el título, *La infancia termina donde empieza el trabajo*, el equipo creativo liderado por Edson Athayde, presenta situaciones normales de trabajo, pero que en lugar de mostrar a un trabajador realizándolos, ponen a personajes infantiles en su lugar.



APAV promove exposição no W Shopping

 sábado, 20 junho 2015



"Olha" é o nome da exposição de fotografia que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) vai apresentar no W Shopping, em Santarém, entre os dias 25 de junho e 5 de julho.

Esta mostra, que tem por objetivo retratar o universo das vítimas deste tipos de crimes em Portugal, é da autoria do fotógrafo Valter Vinagre, e resulta de uma parceria com a APAV.



QUARTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2015

APAV 25 Anos | After-Work: Momentos com Arte

A APAV celebra 25 anos de existência. Para assinalar esta data, o Gabinete de Apoio à Vítima de Portimão convida para um evento especial que terá lugar no Velocity Café, no dia 3 de Julho, ao final da tarde, pelas 18h00.

O evento "Momentos com Arte" vai contar com música ao vivo por Pedro Nazário e outros artistas, que irão proporcionar momentos únicos. Na galeria do Velocity Café estará patente uma exposição e será possível saborear tapas e bebidas refrescantes.

A par do evento, durante todo o dia 3 de Julho, 50% do valor do aluguer dos carrinhos cicláveis Velocity Café reverte para a APAV.

Sociedade

Mais um episódio na história que se passa na Quinta da Mata-o-Demo nos arredores de Santarém

Irmãos condenados por agredir vizinha com quem têm conflito

O proprietário da Quinta da Mata-o-Demo e o irmão, ambos agricultores, foram condenados por agressões a uma vizinha com quem têm um conflito há anos por causa de um caminho público de acesso à casa desta. Os dois homens apanharam, cada um, uma multa de 130 dias à taxa diária de oito euros, o que perfaz 1040 euros. A instância local do Tribunal da Comarca de Santarém condenou ainda os arguidos, que já tinham sido notícia por terem colocado um pivô a regar a casa de Teresa Longo, a pagarem uma indemnização de 1200 euros à ofendida, que pedia no processo 4500 euros.

A situação remonta a 4 de Janeiro de 2014, por volta das 00h30, tendo o juiz dado como provado que os arguidos desferiram murros e pontapés na vítima, que viu o acesso à sua casa bloqueado por um portão colocado num caminho público. Teresa Longo, professora, teve de ser assistida no hospital e ficou sete dias em convalescença devido às lesões que sofreu. Na altura a vítima deslocava-se de carro com a filha de nove anos quando se deparou com o portão fechado. Comunicou o caso à PSP que não conseguiu resolver a situação e a aconselhou a pedir a amigos abrigo para essa noite.

Segundo os factos dados como provados em julgamento, a professora, perante a falta de alternativas e o frio da noite, tentou passar a pé para casa por uma fresta de 30 centímetros de largura que existia entre um dos pilares e o portão. Os arguidos, refere a sentença, estavam do lado de dentro do portão e começaram a falar para a ofendida, até que por volta das 2h00 estes, "em conjugação de esforços", partiram para a agressão à vizinha. A vítima foi atingida com murros na cabeça e pontapés na perna esquerda e na barriga, segundo se lê quanto aos factos provados na sentença.

A mulher foi ainda atingida com um murro na face que a fez cair para cima do capô do carro. Durante a briga os arguidos retiraram das mãos da vizinha as chaves do carro e de casa. Foi a filha da agredida que conseguiu ligar do telemóvel para a PSP. Quando os agentes chegaram ao local e viram o estado de Teresa Longo chamaram uma ambulância. Refere a sentença que os arguidos negaram terem cometido as agressões mas tal facto "foi desmentido pela restante prova produzida". Teresa Longo e a filha tiveram acompanhamento psicológico da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) mas o tribunal não deu como provado que a professora tenha entrado em depressão grave em resultado das agressões.

Os arguidos, de 45 e de 55 anos, foram condenados por um crime de ofensas à integridade física, que é punido com prisão de um mês a três anos de prisão, ou multa de 10 a 360 dias. O juiz optou por aplicar a pena de multa justificando que os arguidos se encontram socialmente inseridos e que um deles não tem antecedentes criminais. O outro já foi condenado por condução de veículo em estado de embriaguez em 2012, o que para o tribunal não é relevante para este caso das agressões.

Torneio de golfe solidário apoia APAV

O campo Benamor Golf, em Tavira, vai promover um torneio de golfe solidário, no dia 25 de julho, às 8:30 horas, a favor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que comemora o 25.º aniversário.

A inscrição tem o valor de 50 euros - torneio e o almoço incluídos –, dos quais 50% revertem a favor da APAV.

Serão atribuídos troféus aos 1.º, 2.º e 3.º classificados net e aos 1.º gross senhoras e 1.º gross homens.

Para mais informações sobre o torneio e inscrições, estão disponíveis os contactos 281320880 e 213587915.

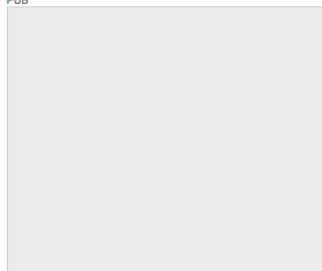
Vítimas e agressores tentam ultrapassar marcas do crime em encontros

Vítimas e agressores não relacionados tentam em encontros realizados em prisões e na comunidade ultrapassar as marcas deixadas pela agressão, compreender e perdoar.



Nestes encontros promovidos em Portugal pela Confiar -- Associação de Fraternidade Prisional, as vítimas têm a possibilidade de se encontrarem com ofensores, perdoá-los e ajudá-los a compreender como o seu comportamento ofensivo afeta realmente as suas vítimas.

PUB



Já os ofensores são encorajados a refletir sobre o papel que valores como o respeito, a empatia e a responsabilização poderão ter nas suas vidas, tendo a oportunidade de simbolicamente reparar as suas ofensas passadas.

A prática tem demonstrado que "a reconciliação é uma possibilidade real e que a reincidência do crime desce para

valores residuais", disse à agência Lusa o vice-presidente da Confiar, Luís Graça.

Luís Graça explicou que os encontros são mediados por dois facilitadores devidamente preparados "e em cinco a oito sessões o perdão, a verdade, a reconciliação e a consciência dos atos praticados são uma realidade".

"A vítima deixa de estar em processo de vitimização e o ex-ofensor toma consciência do seu ato", sublinhou.

Os encontros acontecem no âmbito do projeto europeu "Building Bridges", promovido pela Prison Fellowship International, a maior rede do mundo de voluntariado prisional que está presente em quase 130 países e tem assento na ONU para as questões da justiça.

A Prison Fellowship International, da qual Portugal faz parte, desenvolve processos de justiça restaurativa há mais de 30 anos e convidou a associação portuguesa a fazer parte deste projeto financiado pela Comissão Europeia, que está a ser desenvolvido também em Espanha, Itália, Holanda, Alemanha, Hungria e República Checa.

O projeto, que termina em fevereiro de 2016, inclui dois "painéis de impacto de justiça restaurativas", terminando o primeiro na sexta-feira com um encontro em Lisboa que reunirá representantes da associação, da Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais e participantes no painel, disse Luís Graça.

Os encontros começaram a acontecer em junho com a colaboração do ISCSP -- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, mas são "muito difíceis de promover", contou Luís Graça.

Para os realizar, a Confiar conta com a ajuda da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Mas o facto de a associação estar no terreno há 16 anos a apoiar reclusos, ex-reclusos e respetivas famílias, nomeadamente os filhos menores, também faz com que as pessoas confiem e participem nestas reuniões.

APAV aponta "quatro pecados" à proposta do Governo para Estatuto da Vítima

Lusa

09 Jul, 2015, 15:30 | País

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) entende que a proposta de lei do Governo que transpõe o Estatuto da Vítima para o Código de Processo Penal tem quatro "pecados originais", apontando incoerências, ambiguidades e até mesmo inutilidades.

A APAV é ouvida hoje na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre a proposta de lei do Governo que aprova o Estatuto da Vítima, transpondo uma diretiva da União Europeia.

Esta diretiva europeia existe desde 2012 e tem obrigatoriamente de ser transposta para o quadro jurídico nacional, terminando o prazo em novembro, já que se trata de um instrumento legal vinculativo para os Estados-membros.

No parecer, a que a Lusa teve acesso, a associação começa por lamentar que a proposta de lei do Governo tenha sido "apresentada já na reta final do prazo" e que "a redação daquela proposta não tivesse sido precedida de qualquer debate ou consulta que permitisse uma discussão alargada".

A APAV critica também que a proposta de lei seja levada à Assembleia da República quase no final da atual sessão legislativa, "diluída no meio de mais de seis dezenas de iniciativas".

"Na melhor das hipóteses, poder-se-á esperar uma transposição legal minimamente consentânea com o conteúdo da diretiva, embora mesmo isso, atendendo às lacunas e às deficiências patentes no texto da proposta de lei, se afigure pouco provável", aponta a APAV.

Para a associação, a proposta de lei do Governo tem "quatro `pecados originais`": "uma sistemática confusa e, nalguns aspetos, incoerente; um grau de concretização muito aquém do que seria desejável em várias matérias; a omissão pura e simples de direitos estatuídos na diretiva; e a não compreensão daquilo que se pretende em matéria de proteção".

**LISBOA**

Câmara Municipal entregou 29 chaves de fogos a famílias carenciadas (com fotos)

19:02 - **14-07-2015****A- A A+**

O grande dia chegou. 14 de julho de 2015. Aquele por que muitas famílias esperavam há vários meses que com o passar do tempo se foram transformando em anos. A esperança era a de conseguir uma vida melhor. Com dignidade. Esse era o sentimento de Vanessa Freitas, um dos 29 nomes chamados para receber das mãos dos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa (CML), Paula Marques e João Afonso, as chaves da sua nova casa.

«Esperava por este momento há cerca de um ano. É um descanso pois finalmente vou conseguir ter uma vida digna. Estou muito feliz», disse no final da cerimónia realizada no belo Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Os pedidos são muitos e não é fácil dar resposta a todos eles. A classificação das candidaturas é realizada mediante a aplicação de uma matriz que avalia o grau de carência socioeconómica e habitacional do candidato singular ou do agregado que requer a habitação, sendo que os fogos são atribuídos aos candidatos com maior pontuação. É desta forma que se processa um dos programas de Habitação e Desenvolvimento Local em curso no município.

Existe ainda o Programa de Renda Convencionada, que tem como objetivo aplicar rendas acessíveis, inferiores às praticadas no mercado de arrendamento privado, mas superiores aos valores máximos da renda apoiada, a Gestão do Parque Habitacional Municipal – para situações relacionadas com o regulamento de desocupações e transferências por motivos diversos – e o Protocolo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito de um protocolo celebrado entre a CML e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) para realojamento temporário de vítimas de violência doméstica.

Valpacenses sensibilizados para a realidade do “Abuso na terceira idade”

Sex, 3 Jul 2015

A Biblioteca Municipal abriu portas ao Workshop intitulado “Sensibilizar para a Realidade – O Abuso na Terceira Idade”, promovido pelo Município.

Foi no passado dia 24 de junho, pela tarde, que a iniciativa decorreu, reunindo técnicos que no seu ambiente profissional contactam com idosos.

“Sensibilizar para a Realidade – O Abuso na Terceira Idade” teve como objetivo sensibilizar profissionais da área,

nomeadamente técnicos de ação social, segurança social, saúde e de instituições de solidariedade social, para a dura realidade do abuso que alguns idosos sofrem por parte da família ou de quem toma conta deles.

O início dos trabalhos foi dado por Filomena Ribeiro, técnica de Ação Social do Município. Seguiu-se a oradora, Filipa Pereira, psicóloga da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) do Núcleo de Vila Real, que explicou que “a violência não é apenas agressão física. Existem vários tipos de violência como psicológica, sexual e económica ou financeira,” acrescentando que para além disso ainda há “negligência e abandono”.

